

## **1 Contexto operacional**

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos segmentos industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo, e está registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia é controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Compass") por meio da participação direta de 99,14% do capital social, sendo controlada indiretamente pela Cosan S. A., que por sua vez mantém 88% do capital social de Compass.

O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

### **1.1 Prorrogação do contrato de concessão da Comgás**

Em 01 de outubro de 2021, foi assinado o 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Nº CSPE/01/99 para exploração de serviços públicos de distribuição de gás canalizado até 31 de dezembro 2049 entre o Estado de São Paulo (Poder Concedente) e a Companhia. Dentre outras disposições, o aditivo prevê metas de desempenho que incluem a conexão de 2,3 milhões de novos clientes e expansão da rede de gasodutos de distribuição em mais de 15,4 mil km, conectando 41 novos municípios, promovendo, ainda, estabilidade regulatória e uma ampla modernização do contrato de concessão, em consonância com o momento atual do mercado de gás e as melhores práticas em concessões de serviços públicos. Destacam-se: (i) a substituição do IGP-M pelo IPCA como índice de reajuste; (ii) a redução do impacto inflacionário que seria pago pelos clientes residenciais e comerciais nos próximos dois anos; (iii) a pacificação de controvérsias acerca do contrato de concessão; e (iv) a inclusão do biometano, gás de origem renovável, na matriz de suprimento. Alguns impactos de divulgação já conhecidos referem-se às renúncias de certos pleitos regulatórios, e que somados remontavam aproximadamente R\$ 1.198 milhão. Ainda, a Companhia, no momento da assinatura do aditivo contratual, anuiu com a Agência Reguladora em liquidar determinadas discussões regulatórias em que figurava no polo passivo, no montante aproximado de R\$ 68 milhões.

## 1.2 Ataque cibernético

Em 11 de março de 2020, a Companhia bem como o grupo econômico em que está inserida, sofreram um ataque cibernético de *ransomware* que causou uma interrupção parcial e temporária de suas operações.

Após o incidente, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e contratações para as equipes. Como parte das ações, realizamos diligências para combater o acesso e uso indevido dos nossos sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, mitigamos incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis por terceiros.

Adicionalmente, realizamos auditoria e avaliação forense no ataque sofrido e não identificamos impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 1.3 Covid-19

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia continua acompanhando a evolução da pandemia COVID-19 no Brasil e no mundo, a fim de tomar medidas preventivas para minimizar a propagação do vírus, garantir a continuidade das operações e salvaguardar a saúde e segurança dos nossos colaboradores e parceiros. A resposta à pandemia tem sido eficaz em limitar os impactos em nossas instalações operacionais, funcionários, cadeia de suprimentos e logística.

Nossos covenants são avaliados mensalmente para nossa necessidade de gerar fluxos de caixa e nossa capacidade de cumprir os covenants contidos nos contratos que regem nosso endividamento. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

Considerando o patamar de juros no Brasil, consideramos que a despeito das flutuações de curto prazo de algumas premissas macroeconômicas devido aos impactos da pandemia da COVID-19, nosso custo médio ponderado do capital não deverá sofrer alterações materiais.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar impairment de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma redução ao valor recuperável. Nossas projeções de recuperação de tributos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas da avaliação de impairment.

As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e indicadores macroeconômicos, e é considerada, em 31 de dezembro de 2021, suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas e mensuradas em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

A qualidade do crédito do contas a receber a vencer é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros.

Nossos estoques são compostos, substancialmente, por materiais para construção de gasodutos que são produtos sem validade ou com longa duração e, portanto, não observamos indicadores de obsolescência ou de não realização.

Até o momento, não houve mudanças no escopo dos arrendamentos da Companhia, incluindo adicionar, rescindir, prorrogar reduzir o prazo contratual do arrendamento. Também, não houve nenhuma mudança na contraprestação dos arrendamentos

## **2 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2022.

### **3 Políticas contábeis**

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo.

#### **3.1 Moeda Funcional e de Apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia opera, gera e consome caixa.

#### **3.2 Uso de julgamentos e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. Nota 5.3 - Contas a receber de clientes
- ii. Nota 5.9 - Mensurações de valor justo reconhecidas
- iii. Nota 7 - Ativos Intangíveis (definição de vida útil)
- iv. Nota 9 - Compromissos
- v. Nota 5.7 - Ativos e passivos setoriais
- vi. Nota 10 - Imposto de renda e contribuição social
- vii. Nota 11 - Provisão para demandas e depósitos judiciais
- viii. Nota 18 - Benefícios pós-emprego
- ix. Nota 19 - Pagamento baseado em ações

#### **4 Informações por segmento**

A Administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por segmento de negócio. A agência reguladora determina as tarifas pelos diversos segmentos de negócio. A Companhia não efetua análises de ativos por segmento para gestão dos negócios. Por fim, a definição de unidade geradora de caixa, representando o menor ativo em uso que gera entradas de caixa, no contexto da Companhia, não pode ser segregada por segmento, pois a mesma tubulação distribui gás para consumidores de segmentos diferentes.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

A composição da margem por segmento é a seguinte:



Margem por segmento - 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020								
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras receitas	Total
Volumes m³ mil (não auditado)	301.517	114.920	3.335.512	319.907	157.565	-	-	4.229.421
Receita bruta	1.932.974	491.127	6.980.550	504.020	308.495	885.630	67.051	11.169.847
Deduções <sup>(i)</sup>	(551.377)	(140.366)	(1.949.812)	(114.288)	(88.365)	-	(7.948)	(2.852.156)
Receita líquida	1.381.597	350.761	5.030.738	389.732	220.130	885.630	59.103	8.317.691
Custo	(334.212)	(127.975)	(3.738.537)	(305.225)	(176.557)	(885.630)	61.859	(5.506.277)
Resultado bruto econômico	1.047.385	222.786	1.292.201	84.507	43.573	-	120.962	2.811.414
Despesas com vendas								(156.893)
Despesas gerais e administrativas								(707.526)
Outras despesas operacionais, líquidas								56.361
Despesas operacionais								(808.058)
Despesas financeiras								(354.607)
Receitas financeiras								178.504
Variação cambial								(150.227)
Derivativos								42.851
Resultado financeiro, líquido								(283.479)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social								1.719.877
Imposto de renda e contribuição social								(569.264)
<b>Resultado líquido do exercício</b>								<b>1.150.613</b>
<b>Reconciliação LAJIDA</b>								
Resultado líquido do exercício								1.150.613
Imposto de renda e contribuição social								569.264
Resultado financeiro, líquido								283.479
Amortizações								379.261
Outras amortizações								(463)
<b>LAJIDA</b>								<b>2.382.154</b>

<sup>(i)</sup> Reconhecimento inicial dos saldos dos ativos e passivos setoriais para o exercício. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 5.7.

Nenhum cliente ou grupo específico representou 10% ou mais da receita líquida nos exercícios apresentados em outros segmentos.

## 5 Ativos e passivos financeiros

### Política contábil:

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas, quando seus termos são modificados, e quando os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro, com base nos termos modificados, é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Ativos</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	771.817	1.327.356
Contas a receber de clientes	5.3	1.391.057	995.223
Ativos setoriais	5.7	489.601	241.749
Recebíveis de partes relacionadas	5.4	1.817	769
		<b>2.654.292</b>	<b>2.565.097</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Aplicações em fundos de investimentos (equivalentes de caixa)	5.1	119.833	283.192
Títulos e valores mobiliários	5.2	1.027.467	991.820
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	287.837	420.586
		<b>1.435.137</b>	<b>1.695.598</b>
<b>Total</b>		<b>4.089.429</b>	<b>4.260.695</b>
<b>Passivos</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(3.315.446)	(5.254.099)
Fornecedores	5.6	(1.669.767)	(1.040.693)
Outros passivos financeiros		(91.933)	(95.428)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		(2.035)	(1.688)
Parcelamento de débitos tributários		(5.786)	(6.234)
Arrendamentos		(47.268)	(10.320)
Passivos setoriais	5.7	(1.372.283)	(565.911)
Pagáveis a partes relacionadas	5.4	(7.435)	(8.930)
		<b>(6.511.953)</b>	<b>(6.983.303)</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(3.634.890)	(1.789.810)
		<b>(3.634.890)</b>	<b>(1.789.810)</b>
<b>Total</b>		<b>(10.146.843)</b>	<b>(8.773.113)</b>



## 5.1 Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	40.041	33.697
Aplicações financeiras	851.609	1.576.851
	<b>891.650</b>	<b>1.610.548</b>

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Aplicações em fundos de investimento</b>		
Operações compromissadas	119.833	283.192
	<b>119.833</b>	<b>283.192</b>
<b>Aplicações em bancos</b>		
Certificado de depósitos bancários - CDBs	731.776	1.293.659
	<b>731.776</b>	<b>1.293.659</b>
	<b>851.609</b>	<b>1.576.851</b>

Operações compromissadas referem-se a compras de ativos, com compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de 90 dias ou menos, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado.

Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras com vencimentos originais de 90 dias, ou menos, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado.

As aplicações financeiras da Companhia são rentabilizadas a taxas em torno de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

## 5.2 Títulos e valores mobiliários

### Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento superior a três meses e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos públicos	1.027.467	991.820
	<b>1.027.467</b>	<b>991.820</b>

Títulos públicos possuem taxa de juros atrelada à SELIC com a rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI e vencimento entre dois e cinco anos com liquidez diária.

### 5.3 Contas a receber de clientes

#### Política contábil:

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, devido a um cliente (ou seja, faz-se necessário somente transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para mensurar as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofrida neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2021	31/12/2020
Contas de gás a receber	491.818	417.671
Receita não faturada <sup>(i)</sup>	975.588	667.793
Outros	17.075	22.040
	<b>1.484.481</b>	<b>1.107.504</b>
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(93.424)	(112.281)
	<b>(93.424)</b>	<b>(112.281)</b>
<b>Total</b>	<b>1.391.057</b>	<b>995.223</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.375.260</b>	<b>977.194</b>
<b>Não circulante</b>	<b>15.797</b>	<b>18.029</b>

<sup>(i)</sup> A receita não faturada refere-se à parcela do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados.

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	31/12/2021	Perda esperada	31/12/2020	Perda esperada
A vencer	1.355.343	(2.605)	957.554	(2.035)
Vencidas:				
Até 30 dias	27.375	(237)	20.165	(191)
De 31 a 60 dias	8.150	(1.043)	8.148	(1.014)
De 61 a 90 dias	3.958	(1.896)	3.433	(1.147)
Mais de 90 dias	89.655	(87.643)	118.204	(107.894)
	<b>1.484.481</b>	<b>(93.424)</b>	<b>1.107.504</b>	<b>(112.281)</b>

A variação na perda por redução ao valor recuperável de contas a receber são as seguintes:

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>(100.941)</b>
(Adições) / Reversões <sup>(i)</sup>	(25.638)
Baixas	14.298
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(112.281)</b>
(Adições) / Reversões	1.792
Baixas	17.065
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(93.424)</b>

<sup>(i)</sup> Do total reconhecido, aproximadamente R\$ 14.000 foram adicionais por conta de maior inadimplência devido a pandemia da COVID-19, no qual o montante foi revertido no ano de 2021.

## 5.4 Partes relacionadas

### Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

### a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Operações comerciais</b>		
Raízen S.A. <sup>(i)</sup>	1.157	769
	<b>1.157</b>	<b>769</b>
<b>Operações contratuais</b>		
Rumo Malha Paulista S.A.	85	-
Rumo Malha Norte S.A.	41	-
Rumo Malha Sul S.A.	519	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	15	-
	<b>660</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.817</b>	<b>769</b>
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Operações contratuais</b>		
Raízen Energia S.A. <sup>(ii)</sup>	5.305	8.930
Raízen S.A.	2.130	-
	<b>7.435</b>	<b>8.930</b>
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>7.435</b>	<b>8.930</b>

## b) Transações com partes relacionadas:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita operacional</b>		
Raízen S.A. (i)	9.213	12.195
Elevações Portuárias S.A. (ii)	439	624
	<b>9.652</b>	<b>12.819</b>
<b>Despesas compartilhadas</b>		
Raízen Energia S.A. (iii)	(37.960)	(41.425)
	<b>(37.960)</b>	<b>(41.425)</b>

(i) Fornecimento de gás para postos de combustíveis.

(ii) Fornecimento de gás.

(iii) Serviços compartilhados executados pela Raízen Energia S.A. de responsabilidade da Companhia. A natureza das despesas relacionadas ao centro de serviços compartilhados está relacionada aos seguintes serviços: processos de TI, contabilidade, impostos, suporte jurídico, etc.

## c) Remuneração dos administradores e diretores:

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego e remuneração baseada em ações. Apresentamos a seguir o efeito em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo a administradores	25.665	24.402
Benefícios pós-emprego	480	521
Benefícios de longo prazo a administradores	4.370	-
Transações com pagamentos baseados em ações	5.941	2.196
	<b>36.456</b>	<b>27.119</b>

## 5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

### Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e subsequentemente ao custo amortizado, exceto para as quais a Companhia adota *fair value option*.

A Companhia deixa de reconhecer quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os termos e condições dos empréstimos são os seguintes:

Encargos financeiros						
Descrição	Indexador	Taxa anual de juros <sup>(i)</sup>	31/12/2021	31/12/2020	Venciment o	Objetivo
<b>Com garantia</b>						
<b>BNDES</b>						
Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	14,53%	154.843	175.374	abr/2029	Investimento
Projeto VIII	IPCA + 3,25%	13,60%	945.663	807.438	jun/2034	Investimento
<b>EIB</b>						
	USD + LIBOR6M + 0,54%	1,11%	-	30.817	mai/2021	Capital de Giro
	USD + LIBOR6M + 0,61%	0,80%	-	57.813	set/2021	Capital de Giro
			<b>1.100.506</b>	<b>1.071.442</b>		
<b>Sem garantia</b>						
<b>Resolução 4.131</b>						
Scotiabank 2018	USD + 3,67%	3,67%	438.823	415.232	mai/2023	Capital de Giro
Scotiabank 2020	USD + 1,59%	1,59%	-	388.912	abr/2021	Capital de Giro
Scotiabank 2021	USD + 1,36%	1,36%	414.378	-	fev/2024	Capital de Giro
<b>Nota promissória</b>						
4ª emissão	CDI + 3,00%	4,96%	-	207.606	abr/2021	Capital de Giro
5ª emissão	CDI + 3,40%	5,36%	-	520.116	abr/2021	Capital de Giro
6ª emissão	CDI + 3,00%	4,96%	-	393.452	abr/2021	Capital de Giro
<b>Debêntures</b>						
4ª emissão - 2ª série	IPCA + 7,48%	18,25%	165.478	299.524	dez/2022	Investimento
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	18,12%	108.451	97.956	dez/2025	Investimento
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	16,48%	873.474	890.658	dez/2023	Investimento
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	14,79%	501.278	452.457	out/2024	Investimento
7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	12,11%	352.235	298.706	mai/2028	Capital de Giro
8ª emissão - série única	CDI + 0,50%	9,70%	2.033.161	2.007.848	out/2022	Capital de Giro
9ª emissão - 1ª série	IPCA + 5,12%	15,66%	484.974	-	ago/2031	Investimento
9ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,22%	15,77%	477.578	-	ago/2036	Investimento
			<b>5.849.830</b>	<b>5.972.467</b>		
<b>Total</b>			<b>6.950.336</b>	<b>7.043.909</b>		
<b>Circulante</b>			<b>2.288.960</b>	<b>1.787.503</b>		
<b>Não circulante</b>			<b>4.661.376</b>	<b>5.256.406</b>		

(i) Taxas efetivas consideram taxas pré-fixadas dos contratos mais indexadores acumulados nos últimos 12 meses, sem considerar o efeito *hedge* (se aplicável).

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2021	31/12/2020
13 a 24 meses	1.443.892	2.222.517
25 a 36 meses	1.047.810	1.477.342
37 a 48 meses	135.491	623.971
49 a 60 meses	215.980	171.794
61 a 72 meses	215.980	238.050
73 a 84 meses	216.025	238.050
85 a 96 meses	261.191	238.095
Acima de 96 meses	1.125.007	46.587
	<b>4.661.376</b>	<b>5.256.406</b>

Os valores contábeis de empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Reais	6.097.135	6.151.135
Dólar <sup>(i)</sup>	853.201	892.774
	<b>6.950.336</b>	<b>7.043.909</b>

<sup>(i)</sup> Em 31 de dezembro de 2021, todas as dívidas denominadas em dólares norte-americanos, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 5.8).

Abaixo demonstramos a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>5.244.942</b>
Captações	2.267.624
Amortização de principal	(796.109)
Pagamentos de juros	(280.472)
Juros, variação cambial e valor justo	607.924
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>7.043.909</b>
Captações	1.557.805
Amortização de principal <sup>(i)</sup>	(1.768.394)
Pagamentos de juros	(419.092)
Juros, variação cambial e valor justo	536.108
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.950.336</b>

<sup>(i)</sup> Em 06 de janeiro de 2021, foi realizado o pagamento antecipado da 4ª emissão, 5ª emissão e 6ª emissão de notas promissórias captadas para reforço de caixa no início da pandemia em 2020 no valor de R\$ 1.080.000. Em 23 de fevereiro ocorreu a liquidação antecipada do empréstimo 4131 de 2020 no valor de R\$ 407.250. As demais movimentações referem-se a pagamentos ordinários dos contratos de empréstimos da Companhia.

## Garantias

Até setembro de 2021, os contratos de financiamento com o *European Investment Bank* ("EIB"), destinados a investimentos, eram garantidos por fiança bancária, de acordo com cada contrato. Em 15 de setembro de 2021, tais garantias bancárias foram liquidadas, em decorrência do término de vigência do empréstimo. O saldo em 31 de dezembro de 2020 era R\$ 113.000.

## Linhas de créditos não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos, que não foram utilizadas, no valor aproximadamente de R\$ 2.500.000.

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

## Cláusulas restritivas (“Covenants”)

Alguns contratos relacionados às dívidas determinam a observância de certos índices financeiros (*financial covenants*) conforme seguem abaixo:

Dívida	Meta	Índice em 31/12/2021
BNDES	Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	1,59
Resolução 4131	Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	1,59
Debentures 4ª a 9ª emissões	Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	1,59
Debentures 4ª emissão	Endividamento de curto prazo / Endividamento total não poderá ser superior a 0,6	0,34

Dívida líquida <sup>(i)</sup>

LAJIDA <sup>(\*) (ii)</sup>

(=) Dívida líquida/ LAJIDA

(\*) últimos doze meses

31/12/2021	31/12/2020
4.790.650	4.031.275
3.015.425	2.382.153
<b>1,59</b>	<b>1,69</b>

Endividamento de curto prazo (líquido de derivativos)

Endividamento total (líquido de derivativos) <sup>(iii)</sup>

(=) Endividamento de curto prazo/Endividamento total

31/12/2021	31/12/2020
2.291.228	1.735.567
6.709.767	6.633.643
<b>0,34</b>	<b>0,26</b>

(i) "Dívida onerosa líquida" consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliários;

(ii) "LAJIDA" corresponde ao resultado líquido encerrado nos últimos 12 (doze) meses, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações;

(iii) "Endividamento total" corresponde ao somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia, de curto e longo prazos, (incluindo o saldo líquido das operações com derivativos).

## 5.6 Fornecedores

### Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento.

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de gás/transportes	1.314.946	780.141
Fornecedores de materiais e serviços	354.821	260.552
	<b>1.669.767</b>	<b>1.040.693</b>

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural com a Petrobras e a Gás Brasileiro, nas seguintes condições:

- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2020, com vigência até dezembro 2023, e com quantidade diária contratual de gás nacional de 6,80 milhões de m³/dia no ano de 2022, denominado Firme Nacional.
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em junho 1999, com vigência até dezembro de 2021 e quantidade diária contratual de gás boliviano de 8,10 milhões de m³/dia, denominado TCQ.

- Contrato de gás inscrito no Programa Prioritário de Termoelectricidade (PPT) com a Petrobras, para abastecimento de 0,3 milhões de m<sup>3</sup>/dia com a Ingredion Brasil Ingredientes Industriais Ltda, com vigência até 31 de março de 2023.
- Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade firme, iniciado em abril 2008, com vigência até 26 de março de 2022 e volume médio mensal contratado de 1,44 milhões de m<sup>3</sup> e volume anual contratado de 17,52 milhões de m<sup>3</sup>.

Em dezembro de 2021 foi assinado um novo contrato com a Petrobras na modalidade firme, valido a partir de janeiro de 2022, indexado à moeda americana, com vigência até dezembro de 2023 e quantidade diária contratual de 6,40 milhões de m<sup>3</sup>/dia, denominado TC. O preço é composto por duas parcelas: uma indexada ao *brent* no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local.

Os contratos de fornecimento de gás natural, contrato Firme Nacional e TCQ, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local. Ambos os contratos são indexados ao dólar americano.

## 5.7 Ativos e passivos setoriais

### Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

Conforme disposto na Deliberação nº 1010, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados a Companhia ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário.

Ainda, tal deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, que acumula valores relativos a créditos tributários aproveitados pela Companhia mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa.

Com o advento da referida deliberação, a Companhia entende não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece contabilmente a partir de 10 de junho de 2020, os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras.



No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou o saldo de passivo financeiro setorial líquido de (R\$ 813.973), sendo (R\$ 324.162) saldo inicial, R\$ 129.465 em contrapartida à receita operacional líquida e custo dos produtos vendidos, (R\$ 355.866) em contrapartida ao resultado financeiro e (R\$ 263.410) em contrapartida a outras receitas operacionais.

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi a seguinte:

	<b>Ativo setorial</b>	<b>Passivo setorial</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	-	-	-
Custo de gás <sup>(i)</sup>	201.346	-	201.346
Créditos tributários <sup>(ii)</sup>	-	(565.911)	(565.911)
Atualização monetária <sup>(iii)</sup>	13.458	-	13.458
Receitas não operacionais	26.945	-	26.945
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>241.749</b>	<b>(565.911)</b>	<b>(324.162)</b>
Custo de gás <sup>(i)</sup>	228.153	-	228.153
Créditos tributários <sup>(ii)</sup>	-	(167.397)	(167.397)
Atualização monetária <sup>(iii)</sup>	19.699	(263.410)	(243.711)
Crédito extemporâneo <sup>(iv)</sup>	-	(375.565)	(375.565)
Diferimento do IGP-M <sup>(v)</sup>	68.709	-	68.709
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>558.310</b>	<b>(1.372.283)</b>	<b>(813.973)</b>
<b>Circulante</b>	489.601	(85.866)	403.735
<b>Não circulante</b>	68.709	(1.286.417)	(1.217.708)
	<b>558.310</b>	<b>(1.372.283)</b>	<b>(813.973)</b>

- <sup>(i)</sup> Refere-se ao custo do gás adquirido superior àquele contido nas tarifas, 100% classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação da ARSESP prevê recuperação tarifária em bases trimestrais para o segmento industrial, que faz parte substancial do volume de gás distribuído pela Companhia.
- <sup>(ii)</sup> Créditos, majoritariamente, da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS posteriores a março de 2017, que serão potencialmente componentes de ajuste tarifário, e que deverão ser objetos de discussão junto à ARSESP a respeito dos mecanismos e critérios de ressarcimento.
- <sup>(iii)</sup> Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC.
- <sup>(iv)</sup> Crédito da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide detalhamento na nota 6.
- <sup>(v)</sup> Apropriação do diferimento do IGP-M, referente as competências junho a dezembro 2021, para os segmentos residencial e comercial.

## 5.8 Instrumentos financeiros derivativos

### Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de hedge e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de hedge. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. hedge de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo); ou

- ii. hedge de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de hedge, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de hedge devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de hedge. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de hedge são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de hedge são divulgados abaixo. O derivativo é apresentado como ativo não circulante ou passivo não circulante se o vencimento remanescente do instrumento for maior que 12 meses e não seja esperada sua realização ou liquidação em até 12 meses. Outros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de hedge devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro de uma faixa de 60% a 140%.

A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou “desfazendo sua posição” do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra, realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado à valor justo na data do balanço.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

### • Derivativos que não se qualificam para contabilidade de *hedge*

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores justos relacionados a operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis tais como preços cotados em mercados ativos, ou fluxo de caixa descontado baseado em curvas de mercado, e são apresentados abaixo:

	<b>Nocional <sup>(i)</sup></b>		<b>Valor justo</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Risco de taxa de câmbio e juros</b>				
Contratos de swap (juros)	2.695.617	684.501	119.993	211.741
Contratos de swap (juros e câmbio)	675.375	687.723	167.844	208.845
	3.370.992	1.372.224	287.837	420.586
<b>Total de instrumentos contratados pela Companhia no ativo</b>			<b>287.837</b>	<b>420.586</b>
<b>Circulante</b>			<b>-</b>	<b>54.218</b>
<b>Não circulante</b>			<b>287.837</b>	<b>366.368</b>

(i) Estes saldos equivalem ao valor de nocional em Dólar convertidos em R\$ pela taxa de Dólar do dia da contratação.

Derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

### **Hedge de valor justo**

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

<b>Hedge risco de juros</b>	<b>Nocional</b>	<b>Valor registrado</b>		<b>Ajuste de valor acumulado</b>	
		<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Empréstimo, financiamento e debêntures</b>					
<b>Itens designados</b>					
3ª emissão – 3ª série	-	-	-	-	575
5ª emissão – série única	684.501	(873.474)	(890.658)	17.184	(22.040)
9ª emissão - 1ª série	500.000	(484.974)	-	(484.974)	-
9ª emissão - 2ª série	500.000	(477.578)	-	(477.578)	-
BNDES Projeto VIII <sup>(i)</sup>	1.000.000	(921.949)	-	(921.949)	-
<b>Total débito</b>	<b>2.684.501</b>	<b>(2.757.975)</b>	(890.658)	<b>(1.867.317)</b>	(21.465)
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>					
<b>Instrumentos de hedge</b>					
3ª emissão – 3ª série	-	-	-	-	862
5ª emissão – série única	(684.501)	(189.928)	211.741	(401.669)	10.731
9ª emissão - 1ª série	(500.000)	5.776	-	5.776	-
9ª emissão - 2ª série	(500.000)	12.939	-	12.939	-
BNDES Projeto VIII <sup>(i)</sup>	(1.000.000)	51.220	-	51.220	-
<b>Total derivativos</b>	<b>(2.684.501)</b>	<b>(119.993)</b>	211.741	<b>(331.734)</b>	11.593
<b>Total líquido</b>	<b>-</b>	<b>(2.877.968)</b>	(678.917)	<b>(2.199.051)</b>	(9.872)

(i) A exposição da dívida BNDES Projeto VIII está substancialmente protegida pelo hedge contratado em julho de 2021, tendo uma parcela de menos de 3% não protegida e que para efeitos práticos se torna irrelevante sua segregação a custo amortizado.

## Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas e, portando, não foi utilizado o expediente da contabilidade *hedge*, previsto no CPC 48 – Instrumento Financeiros. A Companhia optou por designar os passivos protegidos (objetos de *hedge*) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são os mesmos que seriam obtidos através de uma documentação de *hedge*:

<i>Hedge</i> risco de câmbio		<i>Nocional</i>	Valor registrado		Ajuste de valor acumulado	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Empréstimo, financiamento e debêntures</b>						
EIB 3ª Tranche	US\$ + LIBOR6M + 0,54%	-	-	(30.817)	-	156
EIB 4ª Tranche	US\$ + LIBOR6M + 0,61%	-	-	(57.813)	-	308
4131 Scotiabank (2018)	US\$ + 3,67%	(268.125)	<b>(438.823)</b>	(415.232)	<b>(18.230)</b>	(24.247)
4131 Scotiabank (2020)	US\$ + 1,59%	-	-	(388.912)	-	1.967
4131 Scotiabank (2021)	US\$ + 1,36%	(407.250)	<b>(414.378)</b>	-	<b>5.526</b>	-
<b>Total débito</b>		<b>(675.375)</b>	<b>(853.201)</b>	(892.774)	<b>(12.704)</b>	(21.816)
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>						
EIB 3ª Tranche	BRL + 88,5% do CDI	-	-	21.176	<b>844</b>	24.927
EIB 4ª Tranche	BRL + 81,1% do CDI	-	-	39.256	<b>2.583</b>	26.219
4131 Scotiabank (2018)	BRL + 107,9% do CDI	268.125	<b>168.358</b>	154.627	<b>20.794</b>	117.080
4131 Scotiabank (2020)	BRL + CDI + 2,75%	-	-	(6.214)	<b>15.711</b>	(12.904)
4131 Scotiabank (2021)	BRL + CDI + 1,25%	407.250	<b>(514)</b>	-	<b>(6.628)</b>	-
<b>Total derivativos</b>		<b>675.375</b>	<b>167.844</b>	208.845	<b>33.304</b>	155.322
<b>Total líquido</b>		<b>-</b>	<b>(685.357)</b>	(683.929)	<b>20.600</b>	133.506

## 5.9 Mensurações de valor justo reconhecidas

### Política Contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- O uso de preços de mercado cotados;
- Para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis no mercado;
- Para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho de Administração.

A tesouraria regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho de Administração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo <sup>(i)</sup>	
			Nível 1	Nível 2
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos</b>				
Aplicação em fundos de investimento	119.833	283.192	119.833	283.192
Títulos e valores mobiliários	1.027.467	991.820	1.027.467	991.820
Instrumentos financeiros derivativos	287.837	420.586	287.837	420.586
<b>Total</b>	<b>1.435.137</b>	<b>1.695.598</b>	<b>1.435.137</b>	<b>1.695.598</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.634.890)	(1.789.810)	(3.634.890)	(1.789.810)
<b>Total</b>	<b>(3.634.890)</b>	<b>(1.789.810)</b>	<b>(3.634.890)</b>	<b>(1.789.810)</b>

<sup>(i)</sup> As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de estes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve alteração na classificação dos níveis.

## 5.10 Gestão de risco financeiro

### Política contábil:

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

O gerenciamento de risco financeiro da Companhia é controlado pela tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos com taxa de juros flutuante protegidos.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

### a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela Política de Tesouraria.

#### i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar:

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(853.201)	(892.775)
Instrumentos financeiros derivativos	853.201	892.775
<b>Risco cambial líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares.

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados para 31 de dezembro de 2021, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%.

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, realizadas por terceira parte especializada, na data de vencimento das operações para as Companhias com moeda funcional Real (positivos e negativos, antes dos efeitos fiscais), da seguinte forma:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)						
Dólar	31/12/2021	Provável	Cenário			
			25%	50%	-25%	-50%
	5,58	5,70	7,13	8,55	4,28	2,85

Instrumento	Fator de risco	Provável	Cenário			
			25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Aumento na taxa de câmbio R\$/ US\$	(18.270)	(217.868)	(435.736)	217.868	435.736
Derivativos de taxa de juros e câmbio	Queda na taxa de câmbio R\$/ US\$	18.270	217.868	435.736	(217.868)	(435.736)
Impactos de (perda) ou ganhos no exercício		-	-	-	-	-

## ii. Risco da taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e em sua maioria utiliza instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil (BACEN), como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de juros					
	Provável	Cenário			
		25%	50%	-25%	-50%
SELIC	11,15	13,94	16,73	8,36	5,58
CDI	11,15	13,94	16,73	8,36	5,58
TJLP	6,60	8,25	9,90	4,95	3,30
IPCA	4,61	5,76	6,91	3,46	2,30
IGPM	5,19	6,48	7,78	3,89	2,59

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos do CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

	Provável	Cenário			
		25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	99.419	124.274	149.128	74.564	49.709
Títulos e valores mobiliários	114.563	143.203	171.844	85.922	57.281
Derivativos de taxa de juros	(23.316)	42.565	4.003	128.225	175.912
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(442.420)	(547.337)	(652.255)	(337.502)	(232.584)
<b>Impactos de (perda) ou ganhos no exercício</b>	<b>(251.754)</b>	<b>(237.295)</b>	<b>(327.280)</b>	<b>(48.791)</b>	<b>50.318</b>

## b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	891.650	1.610.548
Títulos e valores mobiliários	1.027.467	991.820
Contas a receber de clientes <sup>(i)</sup>	1.391.057	995.223
Instrumentos financeiros derivativos	287.837	420.586
Recebíveis de partes relacionadas	1.817	769
	<b>3.599.828</b>	<b>4.018.946</b>

<sup>(i)</sup> Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía uma carteira de aproximadamente 2.23 milhão de clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, automotivo e cogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, diluindo assim o risco de inadimplência.

A Companhia também está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários, e qualquer interrupção que afete seus intermediários financeiros também poderá afetar adversamente suas operações.

A exposição da Companhia ao risco de recebíveis comerciais (Nota 5.3) é reduzida, dada a característica pulverizada da base de clientes. No entanto, ainda mantém reservas para potenciais perdas de crédito. O controle de risco avalia a qualidade de crédito da carteira de clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pela Administração. A conformidade com os limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorada pela Administração.



Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”, reduzindo substancialmente o risco de crédito. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é determinado por instrumentos de classificação amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
AAA	2.206.007	2.620.975
AA	947	401.979
	<b>2.206.954</b>	<b>3.022.954</b>

### c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar, na medida do possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação da Companhia.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2021				31/12/2020
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	A mais de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.706.024)	(1.615.542)	(4.319.777)	(2.633.635)	(11.274.978)
Instrumentos financeiros derivativos	(121.362)	312.769	883.386	168.138	1.242.931
Fornecedores	(1.669.767)	-	-	-	(1.669.767)
Outros passivos financeiros <sup>(i)</sup>	(91.933)	-	-	-	(91.933)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(2.035)	-	-	-	(2.035)
Parcelamento de débitos tributários	(756)	(755)	(1.508)	(3.078)	(6.097)
Arrendamentos	(4.700)	(6.368)	(18.915)	(31.000)	(60.983)
Pagáveis a partes relacionadas	(7.435)	-	-	-	(7.435)
	<b>(4.604.012)</b>	<b>(1.309.896)</b>	<b>(3.456.814)</b>	<b>(2.499.575)</b>	<b>(11.870.297)</b>
					<b>(8.574.567)</b>

- (i) Em 31 de dezembro de 2021 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 91.933 (R\$ 95.428 em 31 de dezembro de 2020). Essas operações tiveram o Banco Santander como contraparte, a uma taxa média de 12,15% a.a. (6% a.a. em 31 de dezembro de 2020). O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, gira em torno de 90 dias.

## 6 Outros tributos a recuperar

### Política contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) <sup>(i)</sup>	787.661	35.539
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS)	207.319	159.609
Programa de Integração Social (PIS) <sup>(i)</sup>	171.005	7.978
Outros	38	10
	<b>1.166.023</b>	<b>203.136</b>
<b>Circulante</b>	<b>176.865</b>	<b>173.970</b>
<b>Não circulante</b>	<b>989.158</b>	<b>29.166</b>

- <sup>(i)</sup> Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da Companhia, ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo de PIS e COFINS.

Em 2018, a Companhia reconheceu os créditos referentes aos períodos posteriores a março de 2017 com base na decisão proferida naquela data pelo STF, mantendo como ativo contingente valores decorrentes da ação, ainda não julgada em definitivo, que retroagiam a julho de 2008.

Em 13 de maio de 2021, o STF concluiu o julgamento sobre a modulação dos efeitos da decisão que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (RE 574.706), bem como confirmou que o ICMS a ser considerado no tema é o destacado na nota fiscal, e não o recolhido. Segundo a modulação, definida pelo STF, o direito à exclusão do ICMS valeria a partir de 15 de março de 2017 – data em que os ministros decidiram o mérito no Plenário da Corte. No caso da Companhia, uma vez que sua ação individual data de julho de 2013, de acordo com a forma jurídica da modulação dos efeitos, ficou resguardado o direito de recuperação do indébito desde julho de 2008. Desta forma, todas as circunstâncias relevantes e, até então, pendentes acerca do tema foram superadas e, portanto, sob o ponto de vista do IAS 37 / CPC 25, os valores relativos ao pleito deixaram de ser classificados como ativo contingente, já que sua existência foi confirmada e sua realização é praticamente certa. Portanto, a Companhia registrou, em junho de 2021, o montante de R\$ 957.663 (R\$573.462 principal e R\$ 382.201 atualização monetária), os quais, atualizados em 31 de dezembro de 2021, somam o total de R\$ 956.388 (R\$ 563.175 principal e R\$ 393.213 atualização monetária), relativo a créditos de PIS e COFINS em seu ativo não circulante, o que inclui a atualização monetária pela taxa SELIC. O montante total está suportado pela Administração com base em cálculos e documentação suporte, a fim de consubstanciar a exatidão dos cálculos. Em agosto de 2021, foi certificado o trânsito em julgado da ação individual ajuizada pela Companhia sobre o tema no ano de 2013. A Companhia considera ainda incerto se uma parcela dos referidos créditos reconhecidos em junho 2021 e corrigidos até 31 de dezembro poderá, eventualmente, ser considerada como componente de ajuste tarifário no âmbito do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, sendo que tal interpretação ganhou maior clareza após a modulação dos efeitos pelo STF no julgamento de 13 de maio de 2021. Portanto, do montante total de créditos reconhecidos até 31 de dezembro de 2021, a Companhia provisionou o valor de R\$ 638.976 (R\$ 375.566 principal e R\$ 263.410 atualização monetária), equivalente à parcela incerta, em sua rubrica de passivos setoriais, no passivo não circulante (Nota 5.7). Conforme deliberação ARSESP nº 1.254 de 08 de dezembro de 2021, a partir de 10 de dezembro de 2021 as tarifas já excluem o ICMS na base do PIS/COFINS.

## 7 Ativos intangíveis

### **Política contábil:**

#### **a) Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão**

A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, são amortizados pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção da infraestrutura.

Os ativos de contrato são mensurados ao custo, capitalizados e transferidos para os ativos intangíveis na medida em que estão disponíveis para uso da concessão.

A Companhia reavalia a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro ajustado ao valor justo, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

#### **b) Contratos com clientes**

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

#### **c) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### **d) Amortização**

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura.

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

	Contrato de concessão	Fidelização de clientes	Fidelização de clientes em andamento	Outros	Total
<b>Valor de custo:</b>					
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>7.121.524</b>	<b>824.145</b>	<b>55.332</b>	-	<b>8.001.001</b>
Adições	-	-	111.659	-	111.659
Baixas	(50.969)	(132)	-	-	(51.101)
Transferências <sup>(i)</sup>	772.792	88.983	(92.932)	1.787	770.630
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>7.843.347</b>	<b>912.996</b>	<b>74.059</b>	<b>1.787</b>	<b>8.832.189</b>
Adições	-	-	154.900	-	154.900
Baixas <sup>(ii)</sup>	(169.815)	(44)	-	-	(169.859)
Transferências <sup>(i)</sup>	974.063	159.107	(159.362)	2.274	976.082
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>8.647.595</b>	<b>1.072.059</b>	<b>69.597</b>	<b>4.061</b>	<b>9.793.312</b>
<b>Valor de amortização:</b>					
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>(2.578.083)</b>	<b>(717.686)</b>	-	-	<b>(3.295.769)</b>
Adições	(298.508)	(59.438)	-	(128)	(358.074)
Baixas	31.963	109	-	-	32.072
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>(2.844.628)</b>	<b>(777.015)</b>	-	<b>(128)</b>	<b>(3.621.771)</b>
Adições	(344.729)	(87.944)	-	(602)	(433.275)
Baixas <sup>(ii)</sup>	152.236	114	-	-	152.350
Transferências	(2)	2	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(3.037.123)</b>	<b>(864.843)</b>	-	<b>(730)</b>	<b>(3.902.696)</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>4.998.719</b>	<b>135.981</b>	<b>74.059</b>	<b>1.659</b>	<b>5.210.418</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.610.472</b>	<b>207.216</b>	<b>69.597</b>	<b>3.331</b>	<b>5.890.616</b>

(i) O montante das transferências contempla, também, uma parcela do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro.

(ii) Contempla o montante de R\$ 142.316 referente a baixa de ativos totalmente amortizados.

## Redução ao valor recuperável

Os ativos intangíveis de vida útil definida, que estão sujeitos à amortização, são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício. Não há intangíveis de vida útil indefinida na Companhia.

## 8 Ativos de contrato

### Política contábil

Ativos de contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis (Nota 7).

	Ativos de contrato
<b>Valor de custo:</b>	
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>594.601</b>
Adições	885.631
Transferência para ativo intangível	(793.542)
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>686.690</b>
Adições	1.020.176
Transferência para ativo intangível	(1.021.896)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>684.970</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram adicionados R\$ 83.046 nos ativos intangíveis gerados internamente (R\$ 89.970 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão estimados até 2049. Os valores dos investimentos para projetos de expansão são de R\$ 10.408 milhões, suporte operacional em R\$ 10.026 milhões e suportes administrativos em R\$ 2.868 milhões, ajustado por reequilíbrios firmados com o poder concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário.

### Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram capitalizados R\$ 33.829 a uma taxa média de 8,45% a.a. (R\$ 36.522 e 7,40% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

## 9 Compromissos

### Compromissos com contratos de fornecimento

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a Companhia possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R\$ 7.745.842 cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2023.

## 10 Imposto de renda e contribuição social

### **Política contábil:**

A alíquota de imposto de renda e contribuição social é de 34%. O imposto corrente e diferido são reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### **i. Imposto corrente**

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

#### **ii. Imposto diferido**

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

#### **iii. Exposição Fiscal**

Ao determinar o valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

#### **iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

## a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.274.269	1.719.877
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(773.251)	(584.758)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Benefício ICMS extemporâneo <sup>(i)</sup>	290.745	-
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(8.880)	(678)
Juros sobre capital próprio	10.012	9.464
Benefício ICMS - exercício corrente <sup>(ii)</sup>	100.281	-
Outros <sup>(iii)</sup>	225.945	6.708
<b>Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)</b>	<b>(155.148)</b>	<b>(569.264)</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>6,82%</b>	<b>33,10%</b>

- (i) No ano corrente, foi reconhecido crédito extemporâneo no montante de R\$ 358.898 (R\$ 290.745 principal e R\$ 68.152 juros), utilizados por meio de sua compensação com IR, CSLL, PIS e COFINS a pagar vencidos no exercício, relativos aos pagamentos a maior de IRPJ e de CSLL dos anos de 2015, 2016 e 2019, quando esse benefício não era computado na apuração do IR e CSLL devidos pela Companhia, por conta da não tributação do benefício da redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo de 12% à 15,6% por força do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.900 ("RICMS/SP"), com redação dada pelo Decreto Estadual nº 62.399/2016. Esses créditos foram reconhecidos pela Companhia com base no seu melhor entendimento sobre o tema, consubstanciada pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a qual levou em consideração toda a jurisprudência aplicável ao tema. A Companhia levou ainda em consideração todas as regras contábeis vigentes, as quais após serem analisadas em conjunto, não indicaram nenhum outro efeito contábil a ser reconhecido.
- (ii) Conforme detalhado acima, após 1 de janeiro de 2021, a Companhia mudou seu procedimento fiscal, passando a excluir o benefício da redução da base de cálculo do ICMS, concedida pela Estado de São Paulo, diretamente da apuração de IR e CSLL do exercício corrente.
- (iii) A Companhia revisitou sua estimativa de IR / CSLL, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, considerando os efeitos do julgamento do STF RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia no montante de R\$ 219.586.

Em 31 de dezembro de 2021 reconhecemos o montante de R\$ 58.127 no ativo não circulante, o imposto de renda e contribuição social sobre Selic indêbitos do período de 2016 a 2020.

## b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

Créditos ativos de:	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças temporárias	57.795	24.572
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos <sup>(i)</sup>	-	40.866
Provisão para demandas judiciais	26.176	22.556
Obrigações de benefício pós-emprego <sup>(ii)</sup>	159.978	200.355
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	11.429	14.254
Transações com pagamento baseado em ações	2.666	3.027
Provisões de participações no resultado	17.017	11.513
Outros	23.533	7.999
<b>Tributos diferidos - Ativos</b>	<b>298.594</b>	<b>325.142</b>
<b>Créditos passivos de diferenças temporárias</b>		
Revisão de vida útil de intangível	(202.759)	(230.098)
Arrendamento mercantil	(3.349)	(3.245)
Resultado não realizado com derivativos	(127.681)	(97.047)
Outros	(39.411)	(28.527)
<b>Tributos diferidos - Passivos</b>	<b>(373.200)</b>	<b>(358.917)</b>
<b>Total de tributos diferidos registrados</b>	<b>(74.606)</b>	<b>(33.775)</b>

<sup>(i)</sup> A Companhia, exercendo seu direito de opção de regime tributário no início do exercício de 2021, optou pelo regime de competência para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos, realizando assim o saldo de IR e CSLL diferidos ativo.

<sup>(ii)</sup> O crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 11,7 anos.

## c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos

i.	Impostos diferidos ativos	Obrigações de benefício pós-emprego	Benefícios a empregados	Provisões	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Outros	Total
	Saldo em 1º de janeiro de 2020	214.387	11.713	86.479	6.904	54.846	374.329
	(Cobrado) / creditado do resultado do exercício dos outros resultados abrangentes	14.961 (28.993)	2.827 -	(25.097) -	- -	(46.847) -	(54.156) (28.993)
	Diferenças cambiais	-	-	-	33.962	-	33.962
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	200.355	14.540	61.382	40.866	7.999	325.142
	(Cobrado) / creditado do resultado do exercício dos outros resultados abrangentes	(2.901) (37.476)	5.143 -	34.018 -	- -	15.534 -	51.794 (37.476)
	Diferenças cambiais	-	-	-	(40.866)	-	(40.866)
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	159.978	19.683	95.400	-	23.533	298.594
ii.	Impostos diferidos passivos		Imobilizado	Resultado não realizado com derivativos	Arrendamento	Outros	Total
	Saldo em 1º de janeiro de 2020		(257.436)	(82.477)	243	(16.200)	(355.870)
	(Cobrado) / creditado do resultado do exercício		27.338	(14.570)	(3.488)	(12.327)	(3.047)
	Saldo em 31 de dezembro de 2020		(230.098)	(97.047)	(3.245)	(28.527)	(358.917)
	(Cobrado) / creditado do resultado do exercício		27.339	(30.634)	(104)	(10.884)	(14.283)
	Saldo em 31 de dezembro de 2021		(202.759)	(127.681)	(3.349)	(39.411)	(373.200)
Total de tributos diferidos registrados							(74.606)



## 11 Provisão para demandas e depósitos judiciais

### Política contábil:

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

	Provisão para demandas judiciais		Depósitos judiciais	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	15.564	8.117	22.505	22.063
Cíveis, ambientais e regulatórias	28.282	24.177	29.691	26.729
Trabalhistas	41.055	41.942	10.166	11.602
	<b>84.901</b>	<b>74.236</b>	<b>62.362</b>	<b>60.394</b>

### Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>8.663</b>	<b>47.213</b>	<b>72.859</b>	<b>128.735</b>
Provisionado no exercício	-	2.077	4.786	6.863
Baixas por reversão / pagamento	(419)	(20.232)	(20.811)	(41.462)
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	(127)	(4.881)	(14.892)	(19.900)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>8.117</b>	<b>24.177</b>	<b>41.942</b>	<b>74.236</b>
Provisionado no exercício	3.766	2.034	2.659	8.459
Baixas por reversão / pagamento	(61)	(1.572)	(3.368)	(5.001)
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	3.742	3.643	(178)	7.207
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>15.564</b>	<b>28.282</b>	<b>41.055</b>	<b>84.901</b>

<sup>(i)</sup> Inclui baixa de juros por reversão.

### Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	2.594.265	1.957.950
Cíveis, ambientais e regulatórias	219.688	170.817
Trabalhistas	42.133	32.530
	<b>2.856.086</b>	<b>2.161.297</b>

### a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ/CSLL	2.378.879	1.742.168
Compensação tributos federais	115.074	118.372
Outros	100.312	97.410
	<b>2.594.265</b>	<b>1.957.950</b>

As contingências tributárias referem-se às autuações fiscais principalmente na esfera Federal, avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela administração e, portanto, sem constituição de provisão. As variações de saldo referem-se ao recebimento de novas autuações no ano, relativas a temas já existentes, e à atualização monetária dos referidos passivos contingentes.

### b) Trabalhistas

Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros.

### c) Cíveis

Os processos cíveis da Companhia, versam, em geral, sobre rescisões ou revisões de contratos, direitos reais, cobranças de valores e indenizações, decorrentes das atividades da Companhia, incluindo demandas sobre matérias regulatória e ambiental.

## 12 Patrimônio líquido

### Política contábil:

#### a) Capital social

##### Ações ordinárias e preferenciais

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

##### Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social, 25%, são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em assembleia geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e são apresentados como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado.

Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil.

### Reserva legal

Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social.

### Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

O capital subscrito de R\$ 536.315, é representado por 103.863 ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 28.658 ações preferenciais de classe A. Não houve movimentação da quantidade de ações nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e sua composição é a que segue:

Acionistas	Quantidade de ações - milhares em 31/12/2021 e 31/12/2020					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Compass Gás e Energia S.A.	103.699	99,84	27.682	96,59	131.381	99,14
Outros	164	0,16	976	3,41	1.140	0,86
<b>Total</b>	<b>103.863</b>	<b>100,00</b>	<b>28.658</b>	<b>100,00</b>	<b>132.521</b>	<b>100,00</b>

## b. Lucros acumulados

### Em 1º de janeiro de 2020

Resultado líquido do exercício	1.150.613
Juros sobre capital próprio 2020, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(27.837)
Transferência para reserva legal	(38.904)
Realização da reserva de reavaliação	-
Transferência para retenção de lucro	(111.709)
Dividendos	(972.163)

### Em 31 de dezembro de 2020

-

### Em 1º de janeiro de 2021

Resultado líquido do exercício	2.119.121
Juros sobre capital próprio 2021, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(29.447)
Transferência para reserva legal <sup>(i)</sup>	-
Transferência para retenção de lucro	(580.830)
Dividendos	(1.508.844)

### Em 31 de dezembro de 2021

-

- <sup>(i)</sup> Em 31 de dezembro de 2021 não houve a constituição de reserva legal, pois conforme estatuto da Companhia se o valor da reserva legal exceder 20% do capital social, não deverá ser constituído.

### c. Juros sobre capital próprio

Em 06 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao período compreendido em 1º de janeiro de 2021 e 30 de novembro de 2021, no valor de R\$ 29.447, antes dos tributos, pago em 13 de dezembro de 2021.

### d. Dividendos

Em 02 de fevereiro 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 150.000, sendo R\$ 111.709 com base no saldo da reserva de lucros gerados no exercício anterior e R\$ 38.291 com base nos lucros gerados no exercício corrente. Do total aprovado, R\$ 149.968 foram pagos no dia 17 de fevereiro de 2021.

Em 06 de dezembro de 2021, foi deliberado e aprovado o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 1.470.553 com base nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de 30 de outubro de 2021. O valor de R\$ 1.470.243 foi pago em 20 de dezembro de 2021.

Resultado líquido do exercício	2.119.121
<b>Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.119.121</b>
<b>Base de cálculo para distribuição dos dividendos</b>	<b>2.119.121</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios - 25%</b>	<b>529.780</b>
Juros sobre capital próprio bruto	(29.447)
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	4.417
Juros sobre capital próprio líquido	(25.030)
Dividendos intercalares pagos	(1.508.844)
<b>Juros sobre capital próprio e dividendos pagos</b>	<b>(1.533.874)</b>
<b>Total do lucro a destinar em 2021</b>	<b>580.830</b>

### e. Destinação do saldo do resultado do exercício

Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

## 13 Lucro por ação

### Política contábil:

#### a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. O lucro atribuível aos acionistas controladores, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. Pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano.

#### b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. O efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. O número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Resultado básico por ação</b>		
<b>Numerador</b>		
<b>Resultado do exercício</b>	2.119.121	1.150.613
Ações ordinárias	1.625.701	882.702
Ações preferenciais	493.420	267.911
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.863	103.863
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.658	28.658
<b>Resultado básico por ação</b>		
Ação ordinária	15,65240	8,49874
Ação preferencial	17,21764	9,34861
<b>Efeito da diluição:</b>		
<b>Numerador</b>		
<b>Resultado do exercício</b>	2.119.121	1.150.613
Ações ordinárias	1.621.894	880.106
Ações preferenciais	497.227	270.507
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.863	103.863
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.947	29.021
<b>Resultado diluído por ação</b>		
Ação ordinária	15,61574	8,47374
Ação preferencial	17,17732	9,32111

A Companhia possui uma categoria de possível efeito diluidor, que são seus planos de remuneração baseados em ações, nesse caso é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia em razão do exercício das opções de ações.

## 14 Receita operacional líquida

### Política contábil:

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

#### i. Receita faturada

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes, baseado nas medições mensais realizadas.

#### ii. Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

#### iii. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas.

#### iv. Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança. Referidas receitas são reconhecidas na modalidade *point in time*, tendo como exemplo a instalação de novos clientes, ou na modalidade *over time*, tendo como exemplo as taxas de serviços de distribuição a determinados clientes.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta na venda de gás	13.736.707	10.217.166
Receita bruta na prestação de serviços e outros	268.554	67.051
Receita de construção	1.020.176	885.630
Impostos e deduções sobre vendas	(3.315.724)	(2.852.156)
Receita operacional líquida	<u>11.709.713</u>	<u>8.317.691</u>

## 15 Custos e despesas por natureza

Os custos e as despesas são apresentados na demonstração do resultado por função. A reconciliação dos montantes por natureza/ finalidade é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo do gás	(6.137.104)	(3.867.044)
Custo do transporte e outros	(1.039.172)	(753.603)
Custo de construção	(1.020.176)	(885.630)
Despesas com pessoal	(201.904)	(184.717)
Despesas com materiais/ serviços	(322.519)	(300.441)
Amortização	(436.093)	(379.261)
	<b>(9.156.968)</b>	<b>(6.370.696)</b>
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.196.452)	(5.506.277)
Despesas de vendas	(125.413)	(156.893)
Despesas gerais e administrativas	(835.103)	(707.526)
	<b>(9.156.968)</b>	<b>(6.370.696)</b>

## 16 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos extemporâneos PIS/COFINS <sup>(i)</sup>	187.609	-
Renovação contrato concessão ARSESP <sup>(ii)</sup>	(43.721)	-
Resultado nas alienações e baixas do intangível	(21.083)	(3.173)
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico (P&D)	(3.986)	(2.431)
Efeito líquido da receita não faturada <sup>(iii)</sup>	(59.607)	15.218
Efeito líquido das demandas judiciais	(9.691)	24.468
Outros	(22.934)	22.279
	<b>26.587</b>	<b>56.361</b>

<sup>(i)</sup> Crédito extemporâneo da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide notas 5.7 e 6.

<sup>(ii)</sup> Renúncia de processos administrativos e regulatórios contemplados no 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Renovação do contrato de concessão, vide nota 1.1.

<sup>(iii)</sup> Refere-se ao reconhecimento da variação apurada na realização da receita não faturada.

## 17 Resultados financeiros

### Política contábil:

A receita financeira compreende receita de juros sobre fundos investidos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Custo da dívida bruta</b>		
Juros sobre dívida	(548.722)	(268.867)
Ajuste a valor justo dívida e derivativos	222.840	(126.356)
Variação cambial sobre dívida	(60.888)	(150.227)
Derivativos de câmbio	(132.738)	169.206
Fianças e garantias sobre dívidas	(15.454)	(19.761)
	<b>(534.962)</b>	<b>(396.005)</b>
Rendimentos de aplicações financeiras	115.111	63.642
	<b>115.111</b>	<b>63.642</b>
<b>Custo da dívida, líquida</b>	<b>(419.851)</b>	<b>(332.363)</b>
<b>Outros encargos e variações monetárias</b>		
PIS e COFINS s/receitas financeiras <sup>(i)</sup>	(28.529)	(6.534)
Juros sobre outras operações <sup>(i)</sup>	246.501	63.085
Juros sobre clientes	39.359	42.656
Juros sobre depósitos judiciais	871	2.244
Juros sobre passivo atuarial e outros	(67.030)	(51.327)
Outras variações monetárias	(22.624)	(560)
Juros sobre contingências	(9.143)	11.011
Despesas bancárias	(4.202)	10.425
Ajuste a valor presente	(40.415)	(22.116)
	<b>114.788</b>	<b>48.884</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(305.063)</b>	<b>(283.479)</b>
<b>Reconciliação</b>		
Despesas financeiras	(735.522)	(354.607)
Receitas financeiras	401.246	178.504
Variação cambial líquida	(60.888)	(150.227)
Derivativos <sup>(ii)</sup>	90.101	42.851
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(305.063)</b>	<b>(283.479)</b>

<sup>(i)</sup> Contempla o resultado da atualização monetária do crédito extemporâneo referente a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide notas 5.7 e 6.

<sup>(ii)</sup> Contempla o resultado de derivativo de câmbio e juros.



## 18 Benefícios pós-emprego

### **Política contábil:**

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço.

### **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

### **Planos de benefício definido**

A Companhia oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação ao plano de pós-emprego de benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigação de benefício definido inicial	570.750	632.865
Custo dos serviços correntes	487	540
Juros sobre obrigação atuarial	41.310	45.897
Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras <sup>(i)</sup>	(106.104)	(15.622)
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência <sup>(i)</sup>	(4.368)	(68.576)
Benefícios pagos	(24.822)	(24.354)
<b>Obrigação de benefício definido final</b>	<b>477.253</b>	<b>570.750</b>
Valor justo inicial dos ativos do plano	(6.174)	(2.316)
Receitas de juros	(457)	(330)
Retorno dos investimentos no ano (excluída a receita de juros) <sup>(i)</sup>	250	(1.078)
Contribuições do empregador	(25.169)	(26.804)
Benefícios pagos	24.822	24.354
<b>Valor justo final dos ativos do plano</b>	<b>(6.728)</b>	<b>(6.174)</b>
<b>Passivo líquido de benefício definido</b>	<b>470.525</b>	<b>564.576</b>

(i) Efeito reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

A Companhia possui obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade, reconhecidas de acordo com a Deliberação CVM695.

O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria.

A Companhia mantém com o Bradesco Vida e Previdência S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia.

A despesa total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>564.576</b>
Custo dos serviços correntes	487
Juros sobre obrigação atuarial	41.310
Benefícios pagos	(25.626)
Ganho atuarial	(110.222)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>470.525</b>

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes</b>		
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	106.104	15.622
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	4.118	69.654
<b>Perdas atuariais líquidas</b>	<b>110.222</b>	<b>85.276</b>

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto	9,09% a.a.	7,43% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Crescimento salarial médio	6,60% a.a.	6,60% a.a.
Morbidade ( <i>aging factor</i> )	3,00%	3,00%
Inflação médica	3,00% a.a.	6,60% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)

O plano de benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na nota 10.

Em 31 de dezembro de 2021, a duração média ponderada da obrigação de benefício definido era de 11,7 anos (2020 de 14,9 anos).

### Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Taxa de desconto	
Aumento	Redução
<b>0,50%</b>	<b>-0,50%</b>
(25.019)	27.708

Não houve alteração em relação aos anos anteriores nos métodos e premissas utilizados na elaboração da análise de sensibilidade.

## 19 Pagamento baseado em ações

### Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (vesting date). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (non-vesting), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

O modelo *Black-Scholes* foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos.

A Companhia possui planos de remuneração baseada em ações que são liquidáveis em ações e em caixa. Em 31 de dezembro de 2021, possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações:

- (i) Planos de concessão de ações (liquidados em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de quatro anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*).
- (ii) A Companhia realizou a outorga um plano de *phantom shares* que prevê a concessão de direitos de valorização de ações (“SARs”) e outros prêmios baseados em dinheiro para certos funcionários. Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Compass, menos o preço da concessão.

O quadro abaixo apresenta os dados dos programas de pagamento com base em ações:

**Programa de concessão de ações**

Data do programa	Expectativa de exercício (anos) <sup>(ii)</sup>	Concessão de planos	Exercido / cancelado / transferido	Em 31/12/2021	Valor justo na data de outorga R\$ <sup>(i)</sup>
20/04/2017	5	61.300	(61.300)	-	51,36
12/08/2017	4	97.780	(97.780)	-	54,25
01/08/2018	4	96.787	(17.761)	79.026	59,66
31/07/2019	4	83.683	(14.794)	68.889	79,00
		<b>339.550</b>	<b>(191.635)</b>	<b>147.915</b>	

**Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa**

Data do programa	Expectativa de exercício (anos)	Concessão de planos	Exercido / cancelado / transferido	Em 31/12/2021	Valor justo na data de outorga R\$
01/11/2021	3	172.251	-	172.251	27,27
		<b>172.251</b>	<b>-</b>	<b>172.251</b>	

(i) A mensuração do valor justo foi efetuada no modelo de precificação *Black-Scholes*.

(ii) Aceleração de 12 meses para os planos 2017, 2018 e 2019, aprovadas pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2021 foram liquidados em caixa os dois planos de 2017 gerando um efeito no montante de R\$ 30.336 no patrimônio líquido da Companhia, pela variação do valor da ação na data da outorga, em relação ao valor da ação na data da liquidação.

## Mensuração de valores justos

O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo Black-Scholes foram as seguintes:

	Plano de remuneração com base em ações	
	31/12/2021	31/12/2020
Média ponderada do valor justo na data da outorga	78,58	78,58
Média ponderada das principais premissas:		
Preço de mercado na data de outorga	79,00	79,00
Taxa de juros	6,82%	6,82%
Dividendos esperados	(5,39)	(5,39)
Volatilidade	32,81%	32,81%

A volatilidade esperada foi estimada considerando a volatilidade histórica do preço da ação da Companhia em período proporcional ao prazo esperado. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral do detentor da opção.

## Reconciliação de opções de ações

O movimento no número de prêmios em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	Plano de remuneração com base em ações
Saldo em 31 de dezembro de 2020	302.194
Exercido	(154.279)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	147.915

## Despesa reconhecida no resultado

A despesa de remuneração baseada em ações incluída na demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi a seguinte:

	Plano de remuneração com base em ações
31/12/2020	4.306
31/12/2021	3.634

## 20 Eventos subsequentes

Em 19 de janeiro de 2022, o Conselho de Administração deliberou pela aprovação de um novo contrato de empréstimo com o banco ScotiaBank no valor de USD 200 milhões, o qual apresenta as seguintes condições: dólar americano + 2,1335% a.a., swap CDI + 1,20 a.a. e vencimento de 3 anos, tendo a liberação ocorrida integralmente em 4 de fevereiro de 2022.

Em 17 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração deliberou pela amortização facultativa extraordinária de 50% da 8ª emissão de debêntures, a ser liquidada em 24 de fevereiro de 2022.

## 21 Novas normas com efeito na companhia

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## 22 Novas normas e interpretações não efetivas

As seguintes novas normas, interpretações e alterações foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2021. A adoção antecipada não é permitida. Além disso, com base em uma revisão inicial, a Companhia acredita, atualmente, que a adoção dessas normas/alterações a seguir não terão um impacto significativo no resultado ou na posição financeira da Companhia.

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
Alterações à CPC 48 / IFRS 9, CPC38 / IAS 39, CPC40 / IFRS 7, CPC 11 / IFRS 4 e CPC 06 / IFRS 16  Em vigor a partir do ano encerrado em 31 de dezembro de 2021	As alterações são aplicáveis quando um referencial de taxa de juros existente é substituído por outro referencial de taxa de juros. As alterações fornecem um expediente prático para que as modificações nos valores de ativos e passivos como consequência direta da reforma de referência de taxa de juros e feitas em uma base economicamente equivalente (ou seja, quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais é a mesma), podem ser contabilizadas por apenas atualizando a taxa de juros efetiva.  Adicionalmente, a contabilidade de hedge não é descontinuada apenas pela substituição de outro referencial de taxa de juros. As relações de hedge (e documentação relacionada) devem ser alteradas para refletir as modificações no item coberto, instrumento de hedge e risco coberto.
IFRS 17 Contratos de Seguro  Em vigor a partir do ano encerrado em 31 de dezembro de 2023	Esta norma introduz um novo modelo de contabilização de contratos de seguro. O trabalho continua para revisar os arranjos existentes para determinar o impacto na adoção.

Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo CPC e IASB e que estejam em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 não são aplicáveis ou relevantes para a Companhia.